



A SUA EXCELÊNCIA  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

*S/008/2023/XII*

**Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores**

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 9 de janeiro de 2023

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Vasco Alves Cordeiro'.

Vasco Alves Cordeiro



## REQUERIMENTO

### **O GABINETE DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA É UMA CORTINA DE FUMO PROMOVIDA PELO GOVERNO REGIONAL**

A 28 de setembro p.p., o Grupo Parlamentar do PS/A deu entrada do Requerimento n.º 476/XII, questionado entre outras as razões para o Governo Regional não ter cumprido o prazo legalmente estabelecido para entrega os planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Essa iniciativa surgiu na sequência de, a 7 de setembro p.p., o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública ter referido, em Plenário, quando questionado sobre o assunto, que *“na IRAT já há um conjunto desses planos entregues pelos departamentos do XIII Governo. Fá-lo-ei chegar a esta casa, a informação circunstanciada de todos e também da expectativa de quando é que o resto da Administração Pública Regional prevê entregar. Algo que eu conto que possa acontecer até ao final deste ano.”*

Respondeu o Governo no passado dia 22 de dezembro!

Fê-lo passados mais de 100 dias das declarações do Secretário Regional responsável e mais de 50 dias sobre o prazo para resposta ao requerimento do GPPS/A!!!

E fê-lo em termos que não honram o compromisso público do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, o mesmo que tutela os Assuntos Parlamentares!

Ou seja, não só o Governo Regional não cumpre a obrigação legal e política de responder ao Requerimento do Partido Socialista como não cumpre com o que promete quanto questionado diretamente sobre o mesmo!



E isto acontece de uma forma politicamente inaceitável, porque é este mesmo Governo que promove Conferências sobre a Prevenção da Corrupção e a Transparência, para fazer gala de ter criado uma Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção e um Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, entidades responsáveis diretamente pela efetivação e cumprimento destas temáticas, cumprindo, ao que apregoa, um compromisso com o Partido Chega que o suporta,

Ora, perante uma factualidade indesmentível, para a qual o GPPS tem por várias vezes chamado a atenção, como são os casos das incompatibilidades do Subsecretário Regional da Presidência; dos ajustes diretos da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Requerimentos n.º 480 - O estranho caso do estudo sobre o transporte marítimo interilhas promovido pelo Governo Regional e n.º 511 - Um novo ajuste direto, mas o mesmo modus operandi, da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas), as ingerências do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural nos concursos para cargos dirigentes (Requerimento n.º 507 - Secretário Regional da Agricultura desautoriza o Diretor Regional e o Júri do Concurso para Diretor do Serviço Florestal da ilha do Pico), ou, ainda, os concursos à medida do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Requerimento n.º 501 - O ainda mais estranho caso da mobilidade de um licenciado em Educação Física para a Rede Integrada de Apoio ao Empresário).

Além disso, soma-se o maior número de nomeados e avençados políticos para gabinetes de membros do Governo de sempre, como comprova a resposta ao Requerimento n.º 448/XII relativo às nomeações no Executivo Açoriano (Chega); ou o silêncio comprometido ao Requerimento n.º 485 - Contratos de avença e contratos de prestação de serviços na Administração Pública Regional (BE) – fora de prazo desde 10 de novembro!

Não deixa de ser, por isso, mais uma mistificação política que o Presidente do Governo, fingindo ignorar todo este enquadramento, anuncie que o Gabinete de



GRUPO  
PARLAMENTAR

Partido Socialista  
AÇORES

Prevenção da Corrupção e da Transparência vai visitar escolas da região para “falar sobre a transparência, a integridade e a ética na sociedade”!!!

Nestes termos, só resta uma conclusão possível: é que o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência é uma cortina de fumo para este Governo do PSD/CDS-PP/PPM e para os partidos que o suportam, Chega e Iniciativa Liberal.

**Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores solicita, novamente, a seguinte informação:**

**1 – Quais a entidade que já remeteram à IRAT os respetivos planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas? Solicita-se cópia dos mesmos.**

**2 – Quais as entidades que cumprem com a obrigação de disponibilizar publicamente os respetivos Planos? (*link para a página on line*)**

**3 – Solicita-se o envio do relatório das atividades da IRAT e do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência no ano de 2022 e o Plano de atividades desses serviços para 2023.**

Horta, 9 de janeiro de 2022

Os Deputados

Berto Messias

Tiago Branco

Isabel Teixeira

Lubélio Mendonça